

Bandeira tarifária, essa mal compreendida

SALES, Claudio J. D.; MONTEIRO, Eduardo Müller. "Bandeira tarifária, essa mal compreendida". Valor Econômico. São Paulo, 27 de agosto de 2018.

A Aneel, agência reguladora do setor elétrico, atualiza periodicamente a chamada "metodologia de acionamento das bandeiras tarifárias", e a divulgação dessa ação ocupa muito espaço nos jornais, rádio e televisão com manchetes no estilo "Aneel define taxa adicional da conta de luz", "conta de luz volta a ter taxa extra", ou até com opções editoriais mais dramáticas na linha "ajuste da bandeira tarifária representa alta de até 50% para atual nível amarelo".

Aproveitando o vácuo de comunicação, a última atualização feita pela Aneel em maio de 2019 teve até exploração política, quando um candidato derrotado à eleição presidencial postou em seu Twitter "Sem luz: Bolsonaro reajusta valor das tarifas de energia elétrica em até 50%", no que foi prontamente corrigido por um leitor que escreveu "Pare de mentir... é a bandeira que será reajustada... Vou desenhar: a bandeira amarela passou de R\$ 1 para R\$ 1,50!".

Por ignorância ou má fé, o candidato cometeu vários erros:

- 1- nenhum presidente da República define tarifas porque a agência reguladora tem essa missão;
- 2- as tarifas não foram "reajustadas" nem "revisadas", já que esses rituais acontecem anualmente de acordo com regras bem definidas e que passam, literalmente, por meses de audiências públicas antes de serem aprovadas pela Aneel, conforme os contratos de concessão;
- 3- os 50% de aumento são sobre o valor anterior da bandeira amarela, o que implica dizer que, em uma conta de luz de R\$ 100 que já embutia o valor de R\$ 1,00 da bandeira, houve aumento de 0,5% para o consumidor, 100 vezes menos que o tweet sensacionalista sugeriu.

Exageros, má fé e politizações à parte, explicar a tarifa de eletricidade é tarefa complexa e, apesar dos esforços recentes da própria Aneel para melhorar a comunicação sobre o comportamento dos inúmeros componentes da conta de luz, o consumidor continua tendo um desafio enorme toda vez que recebe sua fatura em casa.

Afinal, o que são bandeiras tarifárias, e qual o impacto delas para os consumidores de eletricidade?

Talvez a resposta mais importante e tranquilizadora para o cidadão comum devesse começar com "as bandeiras tarifárias são uma boa iniciativa para os consumidores, pois caminham na direção de dar transparência e tempestividade para os custos que inevitavelmente chegarão à sua conta".

Na prática, as bandeiras antecipam aos consumidores a informação sobre as condições de geração de eletricidade para que os próprios consumidores decidam se vale a pena consumir mais ou menos energia em períodos em que a geração de energia é mais cara, situação que ocorre tipicamente quando os reservatórios de usinas hidrelétricas estão mais vazios e se torna necessário acionar, em benefício da segurança energética para o consumidor, usinas termelétricas de custo variável mais

alto.

A implantação desse mecanismo foi um avanço porque, antes das bandeiras, uma situação inusitada e indesejável poderia acontecer (e de fato acontecia): como a incorporação de custos de geração termelétrica à tarifa só acontecia anualmente no chamado "aniversário tarifário" de cada distribuidora de eletricidade, muitos consumidores passavam meses consumindo energia a um custo de geração mais alto, sem saber que teriam que arcar com essa despesa meses à frente, com pagamento de juros à taxa Selic. Além disso, as distribuidoras precisavam financiar com seu próprio caixa todo o período de despacho termelétrico sem ter receitas adicionais para arcar com esse custo.

As bandeiras resolveram, portanto, dois sérios problemas: (a) passaram a sinalizar mensalmente ao consumidor - via cobrança de um adicional que hoje varia entre R\$ 1,50 e R\$ 6 a cada 100 KWh de energia consumida - a necessidade de um consumo mais consciente quando a bandeira sai do nível verde e caminha para as cores amarela e vermelha, indicando geração progressivamente mais cara; (b) deram tempestividade mensal para o pagamento de uma despesa que seria assumida pelo consumidor de forma acumulada - anual e com juros - apenas nos momentos de reajuste tarifário, que ocorre anualmente, ou de revisão tarifária periódica, que ocorre em média a cada quatro anos.

Por se tratar de implementação regulatória recente que afeta todos os consumidores e todas as distribuidoras, o tema de bandeiras tarifárias tem sido minuciosamente estudado e revisto pelos melhores técnicos. A Aneel organizou uma audiência pública que recebeu 56 contribuições, sendo que 36% foram acatadas integralmente e 2% parcialmente, e até o Tribunal de Contas da União (TCU) se envolveu: após emitir acórdão inicial "determinando" que a Aneel e o MME promovessem o "realinhamento do sistema de bandeiras tarifárias aos reais objetivos almejados", reviu sua posição após pedido de reexame da Aneel e publicou recentemente um acórdão final (1166/2019) apenas recomendando ações para garantir a eficácia do mecanismo e o monitoramento permanente de seus objetivos.

A Aneel também elaborou um vídeo muito didático para explicar as bandeiras tarifárias, mas no Congresso Nacional um deputado federal com certa "experiência" em explorar temas do setor elétrico propôs um Projeto de Decreto Legislativo (PDC) para sustar a criação das bandeiras tarifárias com base em argumentos falaciosos como "... o reajuste das tarifas, que antes era anual, passou a ser mensal" ou "há a desconfiança de que o sistema, diferentemente do que anunciou a Aneel, visa a apenas favorecer as empresas pela antecipação de receitas".

O relator rejeitou o PDC defendendo que o sistema de bandeiras visa a "estabelecer uma forma mais transparente de apresentar ao consumidor o preço da energia por meio do repasse gradual às concessionárias de distribuição de energia elétrica do custo da energia por elas adquirida". Resposta tecnicamente perfeita de um parlamentar que reservou tempo para estudar o tema antes de gerar ruídos.

É preciso vigilância para bloquear o populismo e diligência para explicar à população a intrincada lógica da nossa tarifa de eletricidade. Missão difícil, mas não impossível.

Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são, respectivamente, presidente e diretor executivo do Instituto Acende Brasil